



EXÉRCITO BRASILEIRO

# CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA DE PORTO ALEGRE- CPOR/PA

---



RESENHA RESUMO  
FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL

1º SGT COM EVANDRO PAULO SARZENSKI

CURSO DE COMUNICAÇÕES.

O livro é dividido em três partes: a primeira delas, “História”, reúne os artigos mais “clássicos” e basilares das reflexões sobre a trajetória das Forças Armadas brasileiras no século XX. Em seguida, “Política” aglutina intervenções mais pontuais como os debates sobre as atribuições das Forças Armadas, durante a elaboração da Constituição de 1988; as dificuldades da adaptação das lideranças militares e, também das elites políticas civis, com seu despreparo para os assuntos militares e estratégicos para as rotinas de subordinação ao poder civil; o pouco conhecido sistema de informações do governo João Goulart e um perfil do general Euclides Figueiredo. A seção “Guerras” conclui o livro, com três abordagens sobre a Guerra do Paraguai e uma sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.

O primeiro estudo da seção “História”, “As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador”, desde sua publicação original, em 1977, na coleção História Geral da Civilização Brasileira, organizada por Boris Fausto, tornou-se referência obrigatória nos estudos sobre os militares na Primeira República, mostra uma perspectiva organizacional, e se refere as diversas facetas da sociedade na primeira experiência republicana. Ao examinar as Forças Armadas através do processo de recrutamento, do treinamento do corpo de oficiais, da estrutura interna, do tamanho e localização geográfica dos efetivos militares, bem como das ideologias de intervenção desenvolvidas pela organização militar, a sociedade não-militar está presente, seja como interlocutora, seja como base do recrutamento do efetivo, seja como objetivo de salvação, de aliança com oficiais ou até mesmo como fonte de cargos políticos e administrativos. O foco, porém, permanece na organização militar.

As formas de ascensão interna, promoção e reforma, por exemplo, eram tão ou mais importantes que as relações entre oficiais e membros das elites políticas e econômicas da Primeira República. Ao enfatizar as tensões internas à instituição, Carvalho apresenta três tipos de ideologia de intervenção: a “intervenção reformista”, a “não-intervenção” e a “intervenção moderadora”. A vitória institucional dessa última efetuou-se no momento de sua maior provação, justamente quando o movimento revolucionário de 1930 ameaçou jogar uma parte do exército contra a outra. A solução “por cima”, através do “movimento pacificador”, evitou momentaneamente uma crise interna à instituição, e colocou para as lideranças militares do novo governo uma agenda na qual a política institucional deveria ser a única política na instituição militar. Não se deve esquecer do impacto, na organização militar e nas relações entre as forças armadas e a sociedade civil, dos dois maiores eventos militares que ocuparam o exército brasileiro na Primeira República: as dramáticas campanhas de Canudos e do Contestado. Boa parte das propostas de modernização institucional do exército teve como referência as dificuldades enfrentadas nesse dois conflitos.

Para ser vista como vitoriosa, a “revolução de 1930” precisou contar com os jovens oficiais rebeldes do Tenentismo, comissionar sargentos e abrir as portas do exército à política. Tais procedimentos geravam conseqüências danosas à estrutura hierárquica e disciplinar da instituição. Os cargos e interventorias estaduais acirravam as ambições e competições dos jovens oficiais “revolucionários”, enquanto aqueles que se mantiveram legalistas e longe da política se sentiam prejudicados na carreira. Por outro lado, muitos sargentos organizaram as revoltas nos quartéis ou a elas aderiram, insatisfeitos com a continuidade de sua situação funcional precária e por não poderem ascender ao quadro de oficiais, depois de terem colaborado decisivamente para a vitória da revolução. Protagonistas ou participantes ativos da maioria dessas revoltas, os sargentos ainda são uma face pouco conhecida na história militar brasileira.

As lideranças militares, tendo o general Góes Monteiro à frente, procederam a dois movimentos. Ao “abrir a sociedade ao Exército”, ampliavam a base do recrutamento, apertando o cerco aos resistentes ao serviço militar obrigatório, enquanto fortaleciam a gestão de material. Ao “fecharem o Exército à sociedade”, faziam restrições ao ingresso de grupos “indesejáveis” para as escolas militares, além de restringir ao máximo a participação política partidária de oficiais e praças e renovar a cúpula militar, com a reforma e/ou expurgo dos oficiais discordantes. Era a consolidação do princípio de Góes Monteiro, de que deveria ser eliminada a política no Exército, para ser posta em prática a política do Exército. Essa política efetuou-se também em relação ao Estado e à sociedade brasileira, seja na luta bem-sucedida por maiores recursos orçamentários, seja

na submissão do poder das polícias militares estaduais ao Exército. Tais esforços culminaram, em 1937, na implantação do Estado Novo, com a indispensável fiança da instituição militar, e em 1945, com o golpe contra o que as elites militares (e civis) vislumbravam como ameaça à ordem social, como o movimento queremista, as manifestações populares e o populismo.

Da aliança de Getúlio Vargas com essas lideranças militares, em 1930, até seu “divórcio” com a mesma cúpula militar, em 1945 e, mais dramaticamente, em 1954, bem como suas conseqüências depois de sua morte, é traçado em “Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro”. Utilizando as metáforas de “namoro” (1930-1937), “lua-de-mel” (1937-1945) e “divórcio” (1945-1964), Carvalho se afasta um pouco das questões mais “estruturais” das forças armadas e procura nas causas sociais e nas ações dos agentes políticos, a chave para o entendimento da relação de Vargas e seus herdeiros políticos, como João Goulart, com os militares: As Forças Armadas, convencidas do poder que tinham adquirido e obcecadas pelo anticomunismo, foram incapazes de aceitar a competição de novos atores e o conflito democrático. Vargas, em seu segundo governo, assim como João Goulart mais tarde, foi incapaz de entender as características da nova organização militar que ajudara a criar, não mais manipulável. Essa chave do entendimento do processo político é mais bem explicitada em “Fortuna e Virtù no Golpe de 1964”. Tomando as expressões de Maquiavel, Carvalho examina o conjunto de possibilidades concretas dos agentes políticos no processo que culminou com o golpe de 1964.

Ao invés de explicar o golpe pela articulação conspiratória das elites civis e militares, ou pela ingerência norte-americana, Carvalho aponta que o golpe foi conseqüência de estratégias (ou falta delas) dos agentes políticos. Carvalho nos dá o entendimento das condições do Tenentismo, comuns às suas versões de esquerda e de direita (em “Juarez Távora e a Modernização”) e ao estabelecimento de pesquisa sobre os eventos bélicos externos em que o país participou com seus militares e civis convertidos em soldados, nos teatros de operações do Paraguai e na Itália: quem eram os combatentes, como foram recrutados, como era a vida na frente de combate, as relações entre praças e oficiais, entre brancos e negros, a disciplina, alimentação, doenças, serviço médico, motivação para o combate, propaganda, relações com praças e oficiais de nações aliadas, serviços não-combatentes, os efeitos da guerra na estrutura institucional das forças armadas, o regresso dos combatentes, sua reintegração social, dentre outros.

As reflexões sobre a história das Forças Armadas no Brasil têm mudado seu foco nos últimos anos. O debate tem sido enriquecido pela variação temática e pelo aperfeiçoamento teórico. Ao invés de esses pesquisadores se ocuparem quase exclusivamente com a intervenção militar na política, a instituição castrense é estudada como um todo, sem prejuízo de suas relações com a sociedade civil. Essa coletânea de artigos e ensaios escritos pelo autor ao longo de mais de duas décadas de pesquisa sobre as forças armadas brasileiras, continua oportuna neste momento especial, principalmente por ser ano eleitoral e haver uma polarização implícita entre militarismo e socialismo. As advertências do autor continuam válidas: o estudo não deve encerrar-se em si, mas dar suporte as ações do presente e futuro. Sem vontade política, competência e capacidade de antecipação, qualquer democracia corre o risco de perder-se no caminho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.